

O IMAGINÁRIO TRABALHISTA: GETULISMO, PTB E CULTURA POLÍTICA POPULAR 1945-1964¹⁴

Hiarle de Oliveira Souza¹⁵

Jaci Guilherme Vieira¹⁶

RESENHA

O autor possui Doutorado em História Social, pela Universidade de São Paulo e Mestrado em História, pela Universidade Federal Fluminense. Atua nas áreas de Pesquisa em História Política e História Cultural. Atualmente é Professor Titular do Departamento de História da UFF - Universidade Federal Fluminense.

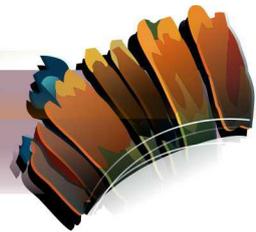
A obra acima referenciada é resultado de uma pesquisa sobre a História do Brasil entre 1945 a 1964, produzida com referenciais teóricos e auxílio especial de periódicos da época. A mesma foi dividida em seis capítulos, os respectivos, Quando os trabalhadores 'querem': política e cidadania na transição democrática de 1945; O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do trabalho; O carnaval da tristeza: os motins urbanos do 24 de agosto; Trabalhadores e soldados do Brasil: a Frete de novembro; A legalidade traída: os dias sombrios de agosto e setembro de 1961 e O último ato: sexta feira 13 na Central do Brasil.

Ferreira inicia com uma crítica a literatura que se iniciou em meados dos anos 60 sobre o período de 30 a 64, a qual produziu e propagou representações negativas como: 'período populista', 'Estado populista', 'pacto populista' entre outros. E, que segundo o autor podem ser percebidas nos livros didáticos, em particular, os de nível médio. Ainda sobre a literatura, essa teria desconsiderado as lutas dos trabalhadores, reduzindo-os a meros reféns da política ditada por suas lideranças. Tachando os seus sindicatos de pelegos e afirmando continuidades das anomalias na política brasileira pós Estado Novo.

14 FERREIRA, Jorge. O imaginário trabalhista: getulismo, PTB e cultura política popular 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2005.

15 Graduanda em História na Universidade Federal de Roraima. Atuou no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID/UFRR.

16 Possui doutorado em História pela Universidade Federal de Pernambuco e atualmente é professor da Universidade Federal de Roraima. Tem experiência na área de História do Brasil República, atuando principalmente nos seguintes temas: Amazônia do século XX, Roraima, índios e igreja católica.

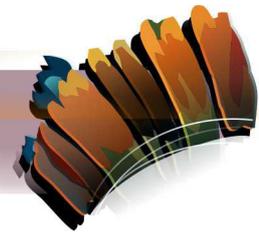


Sobre o PTB, consagraram as representações de ilegitimidade de sua fundação e por objetivo de afastar as massas do PCB. Com intuito de ir além destas e de outras expressões já consagradas, Ferreira considera nesta abordagem, as tradições, crenças e valores presentes na sociedade no período que vai de 30 a 64, aquele nos atenta a seguinte questão: “[...] por que os trabalhadores seguiram lideranças ‘populistas’ que os ‘manipulavam’ e, ao final, os ‘traíam’” (FERREIRA, 2005, p. 09). Trazendo as claras a colisão entre dois grandes projetos de nação,

[...] as esquerdas, compostas por trabalhistas, comunistas, socialistas, sindicalistas, estudantes e facções do exército, com o projeto nacional-estatista [...] baseava-se na soberania nacional, no desenvolvimento econômico e na justiça social; [...] liberais-conservadores de direita, como udenistas, políticos tradicionais, empresários, latifundiários, meios de comunicação e facções da Aeronáutica, Marinha e Exército, defendendo restrições aos direitos do movimento sindical, o liberalismo econômico, a abertura do país ao capital estrangeiro e o alinhamento incondicional aos Estados Unidos (FERREIRA, 2005, p. 14).

Logo, no primeiro capítulo o autor aborda sobre o movimento queremista que surge quase que simultaneamente a grande crítica interna que se fazia ao governo Vargas (1930-45). Sem apoio dos militares, do Departamento de Imprensa e Propaganda-DIP, a queda do nazifascismo na Europa e com algumas leis e órgãos que ameaçavam as elites Industriais - lei malaia - o governo Vargas enfraquecera-se. Logo, surgem às críticas, denúncias e, a partir delas o queremismo “[...] expressou uma cultura política popular e a manifestação de uma identidade coletiva dos trabalhadores, resultados de experiências vividas e partilhadas entre eles, ao mesmo tempo políticas, econômicas e culturais, antes e durante o primeiro governo de Vargas” (FERREIRA, 2005, p. 26). No sentimento mais popular, existia uma dívida para com Getúlio, já que o mesmo teria “acomodado” os trabalhadores em seu projeto, instituindo as leis e a justiça trabalhista. Estas no imaginário do trabalhador, naquele momento, eram tidas como melhor condição de vida e, a chegada de um candidato ao poder que não fosse Getúlio, possibilitaria a perda dessa melhoria antes inexistente. Visivelmente apoiado pelas massas, o queremismo também recebeu capital privado e do Ministério do Trabalho.

Próximo do fim, o já enfraquecido governo Vargas, as elites decidiram tomar as “rédeas” do comando da nação e, organizando-se e mobilizando a nação para uma transição democrática, para a qual, haviam pelo menos três candidatos na disputa pelo cargo de Presidente da Re-



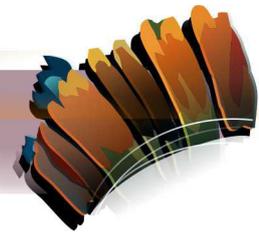
pública, o Brig. Eduardo Gomes pela UDN, o Gal. Eurico Dutra pelo PSD e o Yedo Fiúza pelo PCB. E o queremismo, a princípio um conflito (fev/mar de 45) e depois em abril tomou formas organizacionais e políticas, expressando a vontade dos trabalhadores não apenas em ‘querer Getúlio’ na presidência, mas em participar do processo político “As adesões, núcleos e comitês de bairros, abaixo-assinados e declarações de solidariedade aumentavam diariamente” (FERREIRA, 2005, p. 39).

Esse período eleitoral foi duramente marcado por enfrentamentos entre a direita e os queremistas “[...] comício [...] em São Paulo, a manifestação do ‘dia V’, na Praça da Sé, tivesse ocorrido sob clima de forte tensão, cercada por tanques, soldados armados com metralhadoras e carros de combate, os queremistas não recuaram” (FERREIRA, 2005, p. 74). Ainda dentro deste processo eleitoral, podemos destacar o apoio “contraditório” de Luiz Carlos Prestes a Vargas, que segundo Ferreira fez um discurso exigindo a constituinte e a renúncia dos candidatos da UDN e PSD. Não obstante, Vargas convocava os trabalhadores a aderirem ao PTB.

Para Ferreira, as ideologias de “trabalhismo como projeto político, o getulismo como a sua personalização e o queremismo como movimento social, [...] se institucionalizasse em um partido político, o PTB” (FERREIRA, 2005, p. 76).

O passo seguinte seria um golpe com apoio norte-americano, em destaque pelo autor, Góes Monteiro e Eurico Dutra, militares que estiveram à frente do golpe em 29 de outubro de 1945. O presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Linhares assumiu o poder até que se fizessem eleições.

Já destituído do cargo de presidente, Getúlio agora tinha fortes chances de ser deportado, mas Borghi líder político do PTB pensou na possibilidade de Getúlio e os queremistas apoiarem Dutra (PSD). E foi o que aconteceu, embora a forte resistência de Vargas “O acordo seria selado, desde que Dutra garantisse a manutenção das leis sociais e o ministério do Trabalho para o PTB” (FERREIRA, 2005, p. 86). O manifesto de Vargas apoiando Dutra, “Em 29 de novembro, *O Radical*, com o título ‘não vencerá o candidato dos grã-finos. Os ‘marmiteiros’ votarão no general Eurico Dutra’ (FERREIRA, 2005 p. 86). Apesar deste apoio de última hora, Dutra conseguiu eleger-se com 55, 39% dos votos, “[...] com votação maciça em São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul; Eduardo Gomes conseguiu 35, 74%; enquanto Yedo Fiúza amealhou 9,7%” (FERREIRA, 2005, p. 86).



A primeira vista, pode parecer estranho o apoio dos trabalhadores a Getúlio, mas para Ferreira, o projeto trabalhista de Getúlio possibilitou uma consciência de classe coletiva, a partir da qual os trabalhadores se posicionaram e se organizaram politicamente. Carregando consigo, “[...] um conjunto de experiências econômicas, políticas, ideológicas e culturais, vividas e partilhadas” (FERREIRA, 2005, p. 87) na condição de trabalhadores.

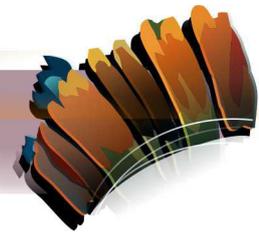
O segundo capítulo aborda a instabilidade política do segundo governo Vargas (1951-54) e a ascensão política de Goulart, com ênfase a sua atuação no ministério do trabalho diante de uma grande crise econômica, resultado da política liberal do governo anterior a Vargas, governo do Gal. Eurico Dutra. O quadro econômico era crítico, o saldo positivo havia sido gasto e o preço internacional do café estava em baixa, à produção industrial fora reduzida e logo apareceu a inflação que se fez sentir no custo de vida do trabalhador e, por conseguinte as greves se tornaram presentes, na luta por melhores salários.

Desde cedo, envolvido na política, Goulart conseguiu eleger-se deputado federal nas eleições de 1950 – sucesso eleitoral dos trabalhistas- e, também fora presidente do Partido Trabalhista Brasileiro – PTB. Sua atuação neste, lhe possibilitou numa atitude ousada a chegada a ministro do trabalho. Goulart criticava a ação violenta com que tratava os trabalhadores, o ministro do trabalho Segadas Viana. E neste cenário de crise econômica, greves e repressão aos trabalhadores, a boa imagem de Getúlio começara a enfraquecer. Foi com intuito de recuperar seu prestígio entre os trabalhadores que na greve dos marítimos o presidente da república obrigou Viana a se demitir.

Uma vez ministro do trabalho, Aboliu a carta sindical, convocou eleições para diretores sindicais com intuito de romper com o peleguismo e com as discriminações ideológicas de esquerda ou direita, estabeleceu a fiscalização da legislação trabalhista...

Com base em Ferreira, Goulart quando ministro, deu continuidade a política de “intermediário entre o governo e os trabalhadores” que fazia no PTB. Sua proximidade com os trabalhadores e o seu projeto reformista socioeconômico e salarial não eram bem vistos pela oposição ao governo, União Democrática Nacional – UDN, o que exacerbou os conflitos entre governo, trabalhadores e oposição.

Não tardou e os ataques dos meios de comunicação tiveram início, expressando imagens negativas de Goulart. Acusando-o de financiar greves, de ser comunista, de ter intenções ditatoriais como a de Perón na Argentina, que chegara ao poder através dos movimentos sindicais e voto dos trabalhadores.



Além das greves, os trabalhadores por meio do movimento sindical, passaram a se organizar politicamente através da Frente dos Trabalhadores Brasileiros – FTB e de um manifesto que resultou na criação da Frente Única; e as intersindicais, as quais trabalhadores de diversas categorias se uniam para luta por melhorias “Experiência que demonstrou êxito durante a greve dos 300 mil (...)” (FERREIRA, 2005, p. 141).

O autor destaca duas entidades que por meio de manifestos expressaram oposição a Vargas: a *Liga Pró-ordem e Progresso*, em que 82 oficiais do Exército reclamaram o desaparecimento da instituição e disparidade salarial entre funcionários civis e militares e a *Cruzada Brasileira anticomunista* alertando o povo contra a bolchevização do Brasil (FERREIRA, 2005).

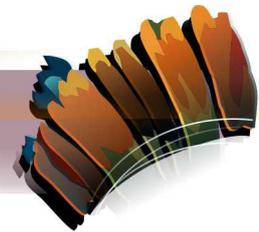
Em meio as pressões, em 21 de fevereiro de 1954, Goulart “[...] declarou a um repórter do jornal Última Hora: ‘Deixarei o ministério do Trabalho. Mas os trabalhadores podem ficar tranquilos, porque prosseguirei na luta ao lado deles, mudando apenas de trincheira. Agora, terei muito mais liberdade de ação’” (FERREIRA, 2005, p. 147).

Os trabalhadores mandaram telegramas em apoio a Goulart, nesse sentido, o autor destacou dois textos pouco difundidos, mas de extrema importância para o pensamento político do trabalhismo brasileiro: a *carta de demissão do ministro*, em que podemos perceber claramente sua característica reformista ao afirmar sua repulsa “[...] capitalismo desumano, absorvente de forma e essência, caracteristicamente antibrasileiro, que gera trustes e cria privilégios, e que não tendo pátria, não hesita em explorar e tripudiar sobre a miséria do povo” (FERREIRA, 2005, p. 150); e uma nota oficial confeccionada pela Comissão nacional do PTB que defendia um programa de reformas, dentre elas a reforma agrária. O ajuste de 100% foi concedido, tendo em vista a solicitação de Goulart.

Com base em Ferreira, o que poderia ser “comumente” considerado jogo duplo, a exemplo das concessões aos trabalhadores seguidos de integração dos mesmos na política nacional e cooptação estatal nada mais é do que a essência do PTB. E os trabalhadores tomaram por suas próprias iniciativas a decisão de seguir o projeto trabalhista em prol do coletivo, rompendo com os conceitos de populismo e sindicalismo janguista.

O terceiro capítulo compreende o suicídio de Vargas e as inúmeras revoltas populares contra instituições e representações da oposição udenista.

Segundo o autor, não só o suicídio de Vargas, mas os movimentos populares em especial teriam contribuído para desarticulação do golpe pretendido pela oposição.



A oposição empregava-se a todo custo criar símbolos negativos sob Getúlio e, segundo o autor num período de crise estas tentativas aumentam. Representação de Getúlio segundo a oposição: “Caudilho, corrupto, ambicioso, desonesto, violento, imoral e assassino” (FERREIRA, 2005,169).

Um atentado contra Carlos Lacerda na Rua Toneleros, em que Rubens Vaz veio a falecer teria possibilitado a intensificação do cenário de Crise pela oposição que: “Na primeira página de seu jornal, Tribuna da Imprensa, com o título ‘o Sangue de um inocente’, Carlos Lacerda [...] declarou: ‘Mas, perante Deus, acuso um só homem responsável por esse crime. É o protetor dos ladrões. Esse homem é Getúlio Vargas’ (FERREIRA, 2005,172).

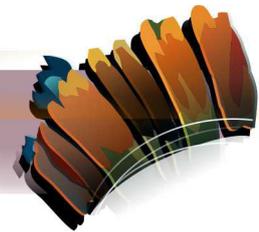
Segundo Ferreira, com a morte do major Vaz foi selada a aliança entre as elites conservadoras e setores das três forças, Exército, Aeronáutica e Marinha, as quais foram mobilizadas a estarem de “pronto” caso o golpe fosse possível.

Em 22 de agosto, Getúlio recebeu um documento assinado por brigadeiros da Aeronáutica pedindo sua renúncia e, proferiu estas palavras ‘Daqui só saio morto. Estou muito velho para ser desmoralizado e já não tenho razões para temer a morte’ (FERREIRA, 2005, 175). Em 24 de agosto, os meios midiáticos informam o suicídio do então presidente. No Rio de Janeiro houve grande comoção popular e, motins também, logo reprimidos pelo novo governo (Café Filho) que de madrugada agentes policiais invadiram organizações de classe e prenderam aproximadamente 50 sindicalistas. Enquanto as estações de rádio e TV Tupi faziam “vista grossa” (FERREIRA, 2005).

Houve manifestações na maioria das capitais e, prédios ligados a oposição como: Rádio Globo, A Notícia, o Movimento Nacional Popular, dentre outros, foram depredados/invadidos/incendiados, nem a embaixada americana escapou, somente a polícia especial conseguia conter o motim.

Segundo o autor, cerca de 1 milhão de pessoas tentaram ver Getúlio. Os ataques a ele, sessaram e a oposição pedia o fim das manifestações.

Para Ferreira, Vargas decidira o futuro do PTB em três “atos”, os respectivos, elevando Goulart a presidência do partido; seu suicídio e a carta testamento que lhe permitiu “modificar” a imagem negativa construída pelas oposições. Ainda segundo o autor, uma nova geração teria duas tarefas a desempenhar: alargar o projeto para o campo e distinguir getulismo de trabalhismo com intuito de atualizar o projeto trabalhistas junto as esquerdas latino-americanas e europeias ocidentais (FERREIRA, 2005).



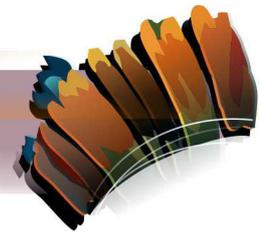
O quarto capítulo compreende a tentativa de golpe as instituições democráticas após um ano “sem Getúlio” e o contragolpe possível graças ao apoio do forte exército brasileiro e dos movimentos populares e a falta de coesão da direita.

Café Filho assume a presidência após a morte de Getúlio. O mesmo organiza o ministério com personalidades conservadoras e antigetulistas. Tendo em vista as eleições para presidente em 3 de outubro de 1955, a UDN apoia Juarez Távora e a proposta de equilibrar as contas e surge a aliança PSD e PTB com para presidente Juscelino Kubitschek e Goulart vice com a proposta de industrialização do país e investimento nos setores de energia e transportes. Ao passo que se faziam campanha eleitoral, Carlos Lacerda promovia uma campanha contrária às eleições e favorável ao rompimento institucional, por uma ditadura que estabeleceria a ordem. Segundo o autor, a oposição temia o retorno ao Getulismo porque conforme a aliança PSD e PTB percebiam que dificilmente teriam chances de ganhar as eleições, significaria também que a população continuaria se expressando politicamente.

Após as eleições, em que Kubitschek fora eleito a oposição se empenhava em impedir a posse. O PSD, PL, UDN, PDC não entravam em consenso sobre como agir diante dos resultados, indecisos quanto a batalha judicial e a intervenção direta. Do outro lado estava o Movimento Militar Constitucionalista – MMC constituído pelo exército, Marinha, aeronáutica (sargento e fuzileiros navais), a liga de defesa da legalidade sem partido e constituída por ‘trabalhadores, sindicalistas, intelectuais empresários, comerciantes..., a mídia (menos o Globo e a Tribuna da Imprensa), artistas e trabalhadores mobilizados contra o golpe.

Discurso contra e a favor do golpe ocorriam entre os militares, mas o ministro da Guerra Gal. Henrique Lott mesmo sendo contra o golpe sempre se manifestava com intuito de garantir a disciplina no Exército. Após se demitir do cargo de ministro devido conflitos com o Gal. Juracy Magalhães por ter proferido um discurso apoiando o golpe e ter sido humilhado pelo presidente Carlos Luz que tomou posse do cargo devido o afastamento de Café Filho por problemas de saúde, Lott percebera a movimentação para o golpe.

Enquanto ministros da Marinha e Exército punham suas tropas de prontidão ao golpe, militares do Exército formulavam uma rebelião para impedir o Golpe. Embora resistisse em participar de uma movimentação “ilegal” pela legalidade Lott aceitou comandar o movimento, que obteve apoio das tropas do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e São Paulo. Sua característica nacionalista e legalista, permitiu que Lott “encontrasse” uma solução legal para causa. No dia 11 de Novembro, com



apoio do STF, presidente do senado federal e presidente da câmara dos deputados e após negociar com o PSD, a câmara em sessão extraordinária votou pela legalidade, substituindo Carlos Luz por Nereu Ramos.

Não obstante, Carlos Luz junto com Lacerda e outros, deu prosseguimento a tentativa de golpe se dirigindo ao Arsenal de Marinha com destino a Santos com intuito de estabelecer o poder lá. Receosos dos tiros de canhão a esquadra não seguiu a embarcação Tamandaré, na qual estavam os golpistas.

Segundo Ferreira, essa tentativa de golpe evidenciou a “perda” do monopólio que a UDN tinha nos quartéis, e ainda, para a “proximidade” entre militares e trabalhistas, em que os últimos, cultivando-os para tê-los como aliados.

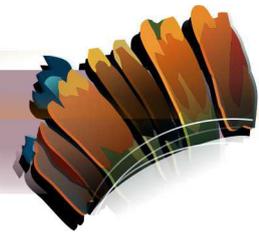
No quinto capítulo, não surpreendentemente, mais uma tentativa de golpe em que a sociedade luta pela democracia, não admitindo o rompimento com a legalidade.

Estamos tratando da crise política que se iniciou com a renúncia de Jânio Quadros ao cargo de presidente em 25 de agosto de 1961. O autor menciona uma tentativa de bombardeio a Porto Alegre, em que um funcionário no dia 27 de agosto, teria interceptado conversas de militares superiores via rádio, em que generais ‘instruíam’ o III Exército na missão.

O vice-presidente Goulart, estava no Uruguai, logo o presidente da câmara dos deputados assumiu o poder, Ranieri Manzili. Enquanto isso, a Brigada Militar, funcionários, jornalistas e civis, se organizou em torno do Palácio Piratini. E Brizola faz um discurso pedindo calma a população e informando que o Gal. José Machado Lopes, comandante do III Exército solicitara uma audiência com o mesmo e, que estaria preparado para o que viesse a ocorrer, falando mesmo em resistência caso quisessem depô-lo.

Segundo o autor, a população rio-grandense estava mobilizada, a exemplo: “[...] pessoas que, voluntariamente, entregavam seus pequenos caminhões, automóveis ou motocicletas para formar a ‘frota da legalidade’” (FERREIRA, 2005, p. 287); clubes de futebol, igreja católica e umbanda unida pela democracia.

Em meio a multidão de quase 100 mil pessoas, o Gal. Machado Lopes chega ao Palácio no dia 28 de agosto para a audiência. Felizmente, o general rompeu com a tentativa de golpe e informou a os tanques presentes em Porto Alegre tinham a função de defender a cidade contra um destróier Baependi, que estava ancorado nos cias do porto por motivo desconhecido. Segundo o autor, o Comando Unificado das Forças Arma-



das do Sul, sobre comando de Machado Lopes era superior às tropas do I e II Exército e os ministros militares não podiam subestimar.

Com base em Ferreira, se tratava de um embate político entre a ala mais radical do PTB e a direita UDN. Ante a crise política e uma possível guerra civil, Mazzilli propôs a Tancredo Neves que convencesse Goulart a aderir ao parlamentarismo, que diminuiria seus poderes. Segundo o autor, uma vez aceita emenda parlamentar, a população do Rio Grande do Sul ficara decepcionada, tendo em vista toda a sua mobilização pela legalidade, ao mesmo tempo em que o Rio de Janeiro o recebera com festa. Ainda segundo o autor, um golpe naquele momento “[...] não encontraria o menor respaldo político e, sobretudo, social. Se levado a diante, como um custo altíssimo, os embates deixariam a dimensão política para atuar no campo das armas” (FERREIRA, 2005, p. 313).

O último capítulo é dedicado a radicalização das esquerdas e seu embate político com os conservadores e, por conseguinte o golpe de 1964. Estamos tratando do ano de 1961 quando Goulart assume a presidência em meio a grandes crises: militar, econômica e política.

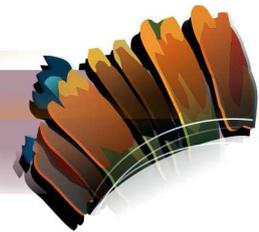
Segundo o autor, “Acuado pela direita, sofrendo a desconfiança do PSD e perdendo o controle de seu próprio partido, ele, no início de 1964, aliou-se as esquerdas e ao movimento sindical” (FERREIRA, 2005, p. 324).

Essa posição de Goulart justaposta ao grande comício na Central do Brasil, intitulado comício das reformas teria soado como uma consolidação do povo ou esquerdas no poder, já que um item do projeto reivindicado pelos radicais do PTB era a reforma Agrária, inadmissível aos latifundiários que se sentiram prejudicados.

Com base em Ferreira, a partir do dia 13 de março de 1964, Goulart passaria governar com a Frente Única de Esquerda que defendia um projeto nacionalista e reformista.

Enquanto isso, nos bastidores... Lacerda pedia apoio aos Estados Unidos para intervenção. Sem esquecer-se da conspiração presente nas Forças Armadas, liderada pelo Gal. Castelo Branco.

Com base no autor, as pressões de ambos os lados eram tão fortes que a esquerda também pensava em fazer suas reformas por meio de um golpe. Atacavam o congresso, exigindo que o mesmo fosse fechado. Segundo Leonel Brizola “A situação se aproxima rapidamente de um desfecho. Em breve atingirá os quartéis. Admito até a possibilidade do sr. João Goulart não chegar ao término de seu mandato” (FERREIRA, 2005, p. 341). Para Carlos Lacerda “[...] o povo está ‘desejoso de paz e saudosos do amparo da Lei e do uso legítimo das Forças Armadas para defender a



Lei e a Ordem e não a subversão, o poder pessoal” (FERREIRA, 2005, p. 349) estes deixam transparecer veemente o desprezo pela democracia.

O autor menciona a rebelião dos marinheiros, em que os mesmos teriam recebido anistia do governo. Acontecimento que teria “ferido” a integridade profissional das Forças Armadas. “Os oficiais legalistas, que até então resistiam a qualquer movimentação que violasse a legalidade, finalmente cederam aos argumentos dos colegas golpistas” (FERREIRA, 2005, p. 368).

Para o autor, a princípio o objetivo era destituir Goulart e realizar uma espécie de limpeza política, os militares não tinham um plano de governo ou um ideário do regime dos militares. O ideário ou planos de governo viriam depois. A radicalização do PTB foi tida como “subversiva” aos militares, logo, tinha que ser combatida. Nesse período o PTB representava a possível concretização dos sonhos dos trabalhadores, que estavam muito bem organizados e politizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao que parece a história brasileira fora marcada desde cedo por golpes e intervenções, coincidência ou não os conflitos em sua grande maioria envolvendo as Forças Armadas sendo sempre utilizadas para fins golpistas e agindo quase que por “instinto”. A posição das esquerdas é louvável porque não esconde o jogo, todos conhecem seus interesses, mas percebo dois entraves no percurso revolucionário daquelas: 1º não sabem a hora conveniente de agir e depois, ainda não tiveram o apoio suficiente e um representante capaz de implementar suas propostas.

Sem dúvida, o conteúdo exposto nesta obra é muito interessante e a linguagem do autor também é muito acessível. Em se tratando de um profissional ligado a História Cultural sua forma de escrever é meio que “de trás pra frente”. Apesar disto, Ferreira conseguiu unir questões políticas e simbólicas sem perder o foco do proposto em cada capítulo. A forma como termina cada capítulo também é relevante porque apresenta de forma clara uma conclusão. Em nível de Universidade, com certeza seria de muita serventia. O texto é bastante descritivo, o que facilita a compreensão do por que das coisas.